Suíça: registro, tribunais e autorregulação

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Registros comerciais dos cantões de Zug e de Zurique

As autoridades de registro de sociedades, fundações (exceto fundações de família e eclesiásticas) e associações que exercem atividade comercial. Ambos aceitam aportes em bens em criptoativos com confirmação de auditor e ambos processam os protocolos em uma a duas semanas.[1] Abordagem: protocolos por meio de notário ou diretamente pela sociedade, com as escrituras públicas e declarações exigidas. O registro de Zug publicou orientações sobre aportes em criptoativos.

Tribunais

Os tribunais cantonais de Zug (Kantonsgericht, Obergericht) e de Zurique (Bezirksgericht, Handelsgericht para litígios comerciais, Obergericht) são os tribunais de primeira instância e de apelação para ações cíveis envolvendo ativos digitais, tendo o Tribunal Federal em Lausanne como última instância. O Tribunal Penal Federal em Bellinzona julga causas penais federais e recursos em matéria de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

auxílio mútuo.[2] Abordagem: por meio de advogado habilitado na Suíça. O Tribunal Comercial de Zurique é o foro preferido para litígios comerciais de alto valor, por sua especialização e pela rapidez de seus procedimentos.

Organismos de autorregulação

VQF em Zug, PolyReg em Zurique, SO-FIT e ARIF em Genebra e OAD-FCT em Lugano são os organismos de autorregulação (OAR) reconhecidos pela FINMA que admitem intermediários financeiros de ativos digitais. Cada um publica seus regulamentos, sua tabela de taxas e seu procedimento de admissão e supervisiona os membros por meio de auditorias anuais de prevenção à lavagem de dinheiro.[3] Abordagem: uma conversa prévia com a equipe de admissões do OAR, que dirá francamente se o modelo de negócio se encaixa, seguida do pedido formal. Os OAR são os órgãos reguladores suíços mais acessíveis e a melhor fonte de orientação prática para uma startup.

Organismos de supervisão

AOOS, OSIF, OSFIN, FINcontrol Suisse e SO-FIT (na qualidade de OS) são os organismos de supervisão autorizados pela FINMASA a supervisionar gestores de patrimônio e trustees em nome da FINMA. Abordagem: a afiliação é requerida em paralelo com o pedido de licença à FINMA. A análise preliminar do dossiê pelo OS é um ensaio geral útil para a análise da FINMA.

Órgãos de ombudsman

Os prestadores de serviços financeiros sujeitos à Lei suíça dos Serviços Financeiros (FIDLEG/FinSA) devem afiliar-se a um órgão de ombudsman reconhecido. Existem vários, entre eles o Swiss Banking Ombudsman para bancos e, para as demais instituições, o Financial Services Ombudsman (FINSOM) e o Ombudsman for Financial Service Providers (OFD).[4]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Entidades setoriais

A Crypto Valley Association (Zug), a Swiss Blockchain Federation (Berna), a Associação Suíça de Banqueiros e a OpenVASP (a associação do protocolo da travel rule) são as entidades pelas quais o setor dialoga com os reguladores. A Capital Markets and Technology Association (CMTA, Genebra) publica padrões para valores mobiliários tokenizados e para custódia. É por meio dessas entidades que os profissionais obtêm a visão do mercado. Abordagem: associação e grupos de trabalho. Os padrões da CMTA são citados pela FINMA e pelos bancos e merecem ser lidos antes da redação de qualquer documentação de tokenização.

Notas

1. Portaria sobre o Registro Comercial, de 17 de outubro de 2007 (CRO; HRegV, SR 221.411); ver Parte P, Capítulo II. ↩
2. Código de Processo Civil suíço (ZPO/CPC), art. 6 (tribunais comerciais); Lei sobre o Tribunal Federal, de 17 de junho de 2005 (SR 173.110); ver Parte H, Capítulo VIII. ↩
3. Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA), arts. 24 e seguintes; os OAR são descritos na Parte C, Capítulo VII, e na Parte F, Capítulo I. ↩
4. FinSA, arts. 74 e seguintes; ver Parte E, Capítulo IV. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.